

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.060.717 - SC (2017/0040985-6)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : COMPANHIA DE CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO RCI BRASIL**  
**ADVOGADOS : SÉRGIO SCHULZE - SC007629**  
**KATHERINE DEBARBA DE ANDRADE E OUTRO(S) - SC016950**  
**AGRAVADO : WALTER RIBEIRO**  
**ADVOGADOS : RAFAEL GALLON ANTUNES E OUTRO(S) - SC024100**  
**ELIANE MARTINS DE QUADROS - SC017766**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por COMPANHIA DE CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO RCI BRASIL em face da decisão de inadmissão do recurso especial manejado pela ora insurgente.

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, desafiou acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado (fls. 187-188):

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO – SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTES OS PEDIDOS FORMULADOS NA EXORDIAL – RECURSO DO RÉU– JUSTIÇA GRATUITA – DEFERIMENTO – NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL ENTREGUE AO DEVEDOR APÓS A REALIZAÇÃO DO PAGAMENTO DA PRESTAÇÃO APONTADA COMO INADIMPLIDA – FATO QUE, ALIADO À COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL DE QUE AS PARTES REALIZARAM ACORDO EXTRAJUDICIAL NA ÉPOCA DA PROPOSITURA DA DEMANDA, LEVAM À INEXISTÊNCIA DA *MORA DEBENDI* – PRESTAÇÃO APONTADA NA INICIAL COMO INADIMPLIDA QUE FOI PAGA PELO DEVEDOR EM CUMPRIMENTO AO ALUDIDO ACORDO – AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO – EXTINÇÃO DA DEMANDA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO – RESTITUIÇÃO DO BEM APREENDIDO AO CONSUMIDOR – AUTORIZAÇÃO PARA O DEPÓSITO DO EQUIVALENTE EM DINHEIRO CASO A VENDA EXTRAJUDICIAL JÁ TENHA SE OPERADO – VALOR QUE DEVE OBSERVAR A TABELA FIPE DA DATA DA APREENSÃO JUDICIAL – CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE MULTA EQUIVALENTE A 50% DO VALOR INICIALMENTE FINANCIADO – PROVIDÊNCIA CABÍVEL EM CASO DE IMPOSSIBILIDADE DE RESTITUIÇÃO DO BEM – REDISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL – RECURSO PROVIDO.

I – O reconhecimento da inexistência da *mora debendi* torna inviável o prosseguimento da ação de busca e apreensão em razão da ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sendo imperiosa a sua extinção sem resolução do mérito.

II – A devolução do bem ao mutuário é decorrência lógica da extinção da

demanda. Caso a instituição financeira já tenha promovido a venda judicial do bem, deverá depositarem juízo o montante pecuniário constante na Tabela Fipe na data da apreensão do veículo.

III – Nos casos de extinção da ação de busca e apreensão com ou sem resolução do mérito, verificada a impossibilidade de devolução do bem apreendido ao mutuário, fica o autor automaticamente condenado ao pagamento de multa equivalente a 50% do valor originalmente financiado (Decreto-Lei n. 911/69, art. 3º, § 6º).

Em suas razões de recurso especial (fls. 196-205), a insurgente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 2º e 3º, §§ 6º e 7º, do Decreto-Lei nº 911/69. Sustenta, em síntese: a) a impossibilidade de restituição do bem com base na Tabela FIPE, devendo prevalecer o valor obtido com a alienação não judicial do objeto da lide; e b) impossibilidade de aplicação da multa de 50%.

Sem contrarrazões (certidão de fl. 253).

Em juízo provisório de admissibilidade (fls. 254-256), a Corte local inadmitiu o recurso especial, o que levou à interposição do agravo de fls. 259-269, buscando destrancar o processamento daquela insurgência.

Não houve contraminuta (certidão de fl. 274).

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. O Tribunal estadual concluiu que a melhor forma de apuração do valor do veículo já alienado é feita com a utilização da Tabela Fipe, nos seguintes termos (fl. 192):

Consequentemente, após o trânsito em julgado da presente, deverá a casa bancária proceder a restituição do bem apreendido ao mutuário e, caso já o tenha alienado a terceiro, deverá depositar o seu equivalente em dinheiro, de acordo com a tabela Fipe da época da apreensão judicial (23.09.2014, fl. 61), devidamente corrigido pelo INPC e acrescido de juros de mora a contar da citação (AC n. 2013.059870-1, rel. Des. Robson Luz Varela, j. em 08.07.2014; AC ns. 2013.070192-0 e 2013.070191-3, rel. Des. Saul Steil, j. em 03.12.2013; o AI ns. 2011.083195-9 e 2010.078149-3, rel. Des. Tulio Pinheiro, j. Em 01.11.2012; AC n. 2012.007631-2, Rel. Des. Rejane Andersen, j. em 28.02.2012).

A Corte estadual, soberana na análise das provas dos autos, concluiu que, diante da impossibilidade de se restituir o veículo ao agravado, em razão da alienação a terceiro, deve a instituição financeira indenizar o recorrido na quantia equivalente ao valor do bem de acordo com a tabela FIPE.

Como se vê, o entendimento estadual foi fundado na apreciação fático-probatória da causa, atraindo a aplicação da Súmula 7/STJ por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

A propósito:

**AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. BUSCA E APREENSÃO. DECRETO-LEI 911/1969. VENDA DO BEM PELO CREDOR FIDUCIÁRIO. IMPOSSIBILIDADE DE RESTITUIÇÃO DO VEÍCULO. VALOR A RESTITUIR. COTAÇÃO DO VEÍCULO PELA TABELA FIPE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA.**

**AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO.**

1. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça).
2. Não se admite o recurso especial quando a questão federal nele suscitada não foi enfrentada no acórdão recorrido. Incidem as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.
3. Agravo interno a que se nega provimento.  
(AgInt no REsp 1640492/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 04/04/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO DE PERDAS E DANOS. ART. 535 DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. PRODUÇÃO DE PROVAS. LIVRE CONVENCIMENTO DO JULGADOR. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. (...)

**3. A Corte estadual, soberana na análise das provas dos autos, concluiu que, diante da impossibilidade de se restituir o veículo ao agravado, em razão da alienação a terceiro, deve a instituição financeira indenizar o recorrido na quantia equivalente ao valor do bem de acordo com a tabela FIPE. A revisão do julgado encontra óbice na da Súmula 7 do STJ.**

4. Nos termos do art. 3º, § 6º, do Decreto-lei nº 911/1969, a sentença que decretar a "improcedência da ação" de busca e apreensão, condenará o credor fiduciário ao pagamento de multa, em favor do devedor fiduciante, equivalente a 50% do valor originalmente financiado, caso o bem apreendido já tenha sido alienado. Precedentes.
5. Agravo interno não provido.  
(AgInt no AREsp 981.558/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 29/10/2018)

**2.** Na hipótese, a Corte local, apesar de inadequada capitulação da extinção da ação, efetivamente julgou improcedente a demanda, pois a parte autora não demonstrou a mora da ré, haja vista ter o devedor cumprido o acordo.

Confira-se o seguinte trecho do julgado:

Assim, não há que se falar em mora, pois quando da propositura da ação as partes estavam em cumprimento de acordo extrajudicial, tendo o devedor realizado o pagamento da prestação apontada como impaga na inicial, conforme demonstra o e-mail de fl. 84, no qual é mencionado que o comprovante o a o de pagamento das prestações 9 a 11 estava sendo enviado pela quinta vez à autora, e para o terceiro endereço de e-mail por ela fornecido. Portanto, face o remansoso entendimento de que a mora do devedor deve preceder ao ajuizamento da demanda e considerando que no caso o vertente a da mora debendi não estava caracterizada, imperiosa se mostra a o extinção da presente ação, o que se procede com fulcro no art. 485, IV, do CPC/2015.

Nos termos do art. 3º, § 6º, do Decreto-lei nº 911/1969, a sentença que decretar a "improcedência da ação" de busca e apreensão, condenará o credor fiduciário ao pagamento de multa, em favor do devedor fiduciante, equivalente a 50% do valor originalmente financiado, caso o bem apreendido já tenha sido alienado.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. VEÍCULO APREENDIDO LIMINARMENTE. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. DETERMINAÇÃO DE RESTITUIÇÃO DO BEM SOB PENA DE MULTA DIÁRIA. MULTA PELA VENDA ANTECIPADA DO VEÍCULO. PENALIDADES COM FATOS GERADORES E JUSTIFICATIVAS DIVERSAS. POSSIBILIDADE, EM TESE, DE CUMULAÇÃO. NO CASO CONCRETO, EM QUE A EXTINÇÃO DO FEITO NÃO SE DEU COM JULGAMENTO DE IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO E FIXAÇÃO DA MULTA, MOSTRA-SE DESCABIDA A SUA EXIGÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. De acordo com o art. 3º, § 6º, do Decreto-lei nº 911/1969, a sentença que decretar a "improcedência da ação" de busca e apreensão, também condenará o credor fiduciário ao pagamento de multa, em favor do devedor fiduciante, equivalente a 50% do valor originalmente financiado, caso o bem apreendido já tenha sido alienado. Essa pena visa a recompor os prejuízos materiais causados pelo credor fiduciário em razão da ação de busca e apreensão injustamente proposta contra o devedor fiduciante.

(...)

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg nos EDcl no REsp 1487095/PR, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016)

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. VEÍCULO APREENDIDO. POSTERIOR EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. MULTA INDEVIDA.

1.- De acordo com o artigo 3º, § 6º, do Decreto 911/69, a sentença que decretar a "improcedência da ação" de busca e apreensão, também condenará o credor fiduciário ao pagamento de multa, em favor do devedor fiduciante, equivalente a cinquenta por cento do valor originalmente financiado, caso o bem apreendido já tenha sido alienado. 2.- A multa em referência não será cabível quando houver extinção do processo sem julgamento do mérito, tendo em vista a necessidade de se interpretar restritivamente a norma sancionatória. 3.- Recurso Especial provido. (REsp 1165903/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/04/2014, DJe 25/06/2014)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. MORA DESCARACTERIZADA. FIXAÇÃO DE MULTA COM BASE NO ART. 3º, § 6º, DO DECRETO-LEI N. 911/69. JULGAMENTO DE IMPROCEDÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRADO.

1. Ação de busca e apreensão ajuizada em 2010, de que foi extraído este recurso especial, interposto em 21/09/2012 e atribuído ao gabinete em 26/08/2016.

2. O propósito recursal reside em decidir sobre a possibilidade de imposição da multa prevista no § 6º do art. 3º do DL 911/69, bem como sobre a existência de dissídio jurisprudencial no que tange à devolução dos valores pagos nos contratos garantidos por alienação fiduciária. 3. A multa

prevista no art. 3º, § 6º, do Decreto-lei 911/69 não é cabível quando houver extinção do processo sem julgamento do mérito.

4. No entanto, uma vez demonstrada, no ajuizamento da ação, a devida constituição em mora do fiduciante, a sua descaracterização - porque reconhecida, a partir da análise das cláusulas pactuadas, a abusividade dos encargos no período de normalidade contratual - implica o julgamento de improcedência do pedido de busca e apreensão e não a extinção do processo sem resolução do mérito.

5. Entre os acórdãos trazidos à colação, não há o necessário cotejo analítico, tampouco a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência, não bastando, para tanto, transcrever ementas ou destacar trechos de decisões. Ademais, a falta de indicação do dispositivo legal sobre o qual recai a divergência também inviabiliza a análise do dissídio.

6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido.

(REsp 1421371/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 18/12/2017)

**3.** Do exposto, com amparo no artigo 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro MARCO BUZZI  
Relator